C.I Nº 19/2025 - CGM/DCSP

## À Controladoria Geral do Município

Dr. Adriano Paciente Gonçalves Controlador – Geral do Município

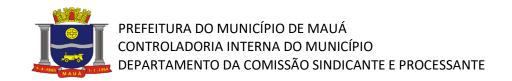
## ENCAMINHAMENTO DE RELATÓRIO DO 3º QUADRIMESTRE DE 2024

A Comissão Sindicante e Processante, no cumprimento de suas atribuições, encaminha para apreciação o Relatório referente ao 3º Quadrimestre de 2024, contendo o levantamento de todas as atividades realizadas, conforme disposto na Lei Complementar nº 01/2002 – Estatuto dos Servidores Públicos de Mauá e no Decreto nº 8.427/2018.

A sindicância exerce papel fundamental no controle das apurações envolvendo servidores da Administração Pública Municipal, garantindo investigações transparentes e imparciais. Ressalta-se que o processo disciplinar não tem caráter punitivo, mas visa assegurar a ordem administrativa e o cumprimento das normas legais, garantindo ao servidor os princípios do contraditório e da ampla defesa.

No período em análise, foram conduzidos diversos procedimentos administrativos, abrangendo os seguintes temas:

Assédio =	01 processo
Falta de Assiduidade =	02 processos
Conduta Irregular =	02 processos
Denúncia =	0 processos
Patrimônio =	139 processos
Prescrição =	0 processos
Apuração de Irregularidades TC =	01 processo
TOTAL GERAL = 145 processos	

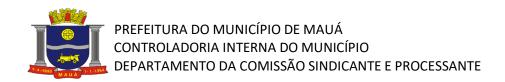


No período em análise, foram conduzidos e concluídos diversos procedimentos administrativos, com os seguintes resultados:

- Assédio: 01 processo: 6610/2024
   Dunúncia de Asssédio, investigado e sugerido a demissão do servidor.
- **Denuncia de Assédio**, recebida por e-mail, através do portal da prefeitura de Mauá, sem autuação de P.A e enviada para a Secretaria de Educação para as devidas providências.
- Falta de Assiduidade: 02 processos : 5161/2024 e 5974/2024.

Investigados e analisados, em ambos os casos foi sugerida a aplicação de *advertência*.

- **Condutas Irregulares**: *02 processos* : *7604/2024* e *4660/2024*.
  - **No P.A 7604/2024**, não foi constatada nenhuma irregularidade, resultando no *arquivamento* do processo administrativo.
  - **No P.A 4660/2024**, sobre uma suposta agressão a uma criança, a investigação descartou a agressão, mas apontou um procedimento inadequado da profissional ao afastar a criança, que tentava brincar com seus óculos. A conduta foi mal interpretada por outra professora. Optamos pela advertência por escrito ao profissional.
- <u>Patrimônio</u>: Devido ao grande número de processos relacionados ao patrimônio, a maior parte decorrente de mudanças de local de servidores e eventuais extravios, todos os casos foram finalizados e *arquivados* conforme previsto na Lei Complementar nº 01/2002.
- Apuração de Irregularidade Junto ao Processo Administrativo do Tribunal de Contas de SP: Após todos os trâmites e investigações, a Comissão Sindicante concluiu que não houve danos ao erário, encerrandose o procedimento sem apontamento de irregularidades.



Todos os processos foram conduzidos dentro dos princípios da legalidade, imparcialidade e transparência, assegurando o cumprimento das normas administrativas vigentes.

Reforçamos que é dever da Comissão averiguar, investigar e finalizar todos os processos administrativos e disciplinares com maestria e imparcialidade, assegurando que as investigações sejam conduzidas dentro dos princípios legais e administrativos.

Ressalta-se que, em um processo de sindicância, a comissão tem a função apenas de **opinar** sobre a aplicação das penalidades cabíveis, sendo a decisão final sobre a aplicação das sanções de competência exclusiva das autoridades responsáveis.

Diante do exposto, encaminha-se o presente relatório para conhecimento e providências cabíveis, incluindo planilha (doc.396) detalhada dos processos analisados.

Mauá, 17 de janeiro de 2025

Emerson Mantovani Butrico

Diretor – Presidente da Divisão de Comissão Sindicante e Processante

Controladoria Geral do Município